



Arbitragem poderá solucionar conflitos de consumidores

Marcos Oliveira / Agência Senado



Comissão de juristas durante reunião em que discutem usos da arbitragem como opção para solucionar litígios, que devem constar em anteprojeto de lei

Sugestão de juristas pretende oferecer opção mais rápida para litígios nas relações de consumo

Comissão de juristas que elabora proposta de Lei de Arbitragem sugere que seja adotada a mediação, mas sem alterar o Código de Defesa do Consumidor. Contratos da administração pública também observariam o sistema, o que pode atrair investimentos ao país. **3**

Renan agradece apoio de Dilma à produção de cana

O senador Renan Calheiros ocupou inteiramente a Presidência da República na sexta-feira. Ele agradeceu à presidente Dilma Rousseff por conceder subvenção

a pequenos produtores de cana-de-açúcar do Nordeste. Serão destinados R\$ 125 milhões em subsídios para 17 mil produtores de cana da região atingidos pela estiagem. **2**

Renan (4º à esq.) se reúne com o governador de Alagoas e senadores. Ele também recebeu as ministras Gleisi Hoffmann e Helena Chagas

Jose Cruz/ABO



Duas medidas provisórias trancam pauta de votações **3**

Comissão de Constituição e Justiça analisará indicado ao STF **2**



Estádio Arena Fonte Nova, em Salvador, receberá jogos da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de 2014

Elio Coimbra/COPIA

Lídice e Souza visitam obras da Arena Fonte Nova, na Bahia

O estádio Arena Fonte Nova, na Bahia, foi visitado por Lídice da Mata e Sérgio Souza, membros da subcomissão que acompanha os preparativos da Copa do Mundo. Os senadores também estiveram no aeroporto e no Porto de Salvador. **4**

190 anos
do Parlamento Brasileiro

O povo escreve a sua história

Mais informações:
www.camara.leg.br
www.senado.leg.br



SENADO FEDERAL

Parlamento BRASILEIRO
190
1534-2013

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Renan agradece a Dilma por apoio a produtores

No exercício interino da Presidência da República, na sexta-feira, o presidente do Senado relatou que Dilma atendeu rapidamente a pedido em favor de pequenos plantadores de cana atingidos pela seca

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, que ocupou interinamente a Presidência da República na sexta-feira, agradeceu à presidente Dilma Rousseff por conceder subvenção a pequenos produtores de cana-de-açúcar do Nordeste. Em entrevista à Rádio CBN de Alagoas, o senador disse que tratou do assunto com a presidente na última segunda-feira, durante viagem a Pernambuco.

Segundo ele, foi feito um relato "da situação trágica em que se encontram os pequenos plantadores de cana do Nordeste". Conforme informações da assessoria da Presidência do Senado, Dilma quis incluir imediatamente em sua agenda reunião com os agricultores e anunciar o benefício.

De acordo com a assessoria do Palácio do Planalto, serão



Renan recebe o governador de Alagoas, Teotônio Vilela, no Palácio do Planalto

destinados R\$ 125 milhões em subsídios para 17 mil produtores de cana-de-açúcar da Região Nordeste atingidos pela estiagem. O auxílio é de R\$ 12 por tonelada de cana, limitado a 10 mil toneladas por produtor. O governo estima que a seca tenha provocado a perda de cerca de 30% da produção. Essa é a quarta vez que

Renan Calheiros ocupa a Presidência da República de forma interina.

— Estou feliz, mas tenho consciência de que interino é igual a reserva no jogo de futebol: só entra para valer se o titular estiver impedido. A presidente está batendo um bolão, o Brasil sabe disso — disse Renan.

Indicação de Barroso segue para comissão

O Senado recebeu a mensagem da presidente Dilma Rousseff com a indicação do jurista Luís Roberto Barroso para o Supremo Tribunal Federal (STF). O documento foi lido na sessão ordinária do Plenário na sexta-feira.

Constitucionalista, Barroso foi indicado para a vaga aberta com a aposentadoria do ex-ministro Carlos Ayres Britto, que deixou o STF em novembro do ano passado, após ter completado 70 anos.

A indicação será analisada

pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para depois ir a Plenário. A análise da escolha tem que ser feita por voto secreto, depois de arguição pública.

Luís Roberto Barroso, 55 anos, é advogado, professor e especialista em Direito Constitucional. Ele é o quarto indicado por Dilma Rousseff à mais alta corte do país, que conta com 11 ministros. Antes dele, a presidente havia indicado os ministros Luiz Fux, Rosa Weber e Teori Zavascki.



Mensagem sobre Luís Roberto Barroso foi lida em Plenário na sexta

Sessão especial comemora os 70 anos da CLT

Os 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) serão lembrados em sessão do Senado hoje. Marco do trabalhismo de Getúlio Vargas, o Decreto-Lei 5.452, de 1943, reúne, em 922 artigos, a legislação existente à época e leis que entraram em vigor a partir daquele momento.

Fruto da necessidade de acomodar interesses dos trabalhadores e dos empresários e diminuir as tensões sociais, a consolidação, feita a partir do trabalho de uma comissão de juristas, trazia a obrigatoriedade do registro em carteira de trabalho, existente desde 1932; a organização da Justiça

do Trabalho (de 1939); e a maior bandeira do getulismo, o salário mínimo (de 1940).

O requerimento para a realização da sessão é de Paulo Paim (PT-RS). Entre os convidados, estão os ministros do Tribunal Superior do Trabalho e representantes de sindicatos de trabalhadores.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

- PLENÁRIO Discursos**
14h A sessão não deliberativa será destinada a discursos de parlamentares.
- CONGRESSO 70 anos da CLT**
11h Para homenagear os 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o Congresso realiza sessão solene no Plenário do Senado.
- CDH Idosos e cidadania**
8h20 A Comissão de Direitos Humanos debate situação da pessoa idosa na luta pela cidadania. Entre os convidados, o secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social, Leonardo José Rolim Guimarães.

TERÇA

- PLENÁRIO Entrega de diploma**
11h Entrega do Diploma José Ermirio de Moraes aos agraciados Francisco Ivens de Sá Dias Branco, José Alexandre dos Santos e Robson Braga de Andrade.
- CONGRESSO Vetos presidenciais**
20h Sessão do Congresso, no Plenário da Câmara, para leitura de vetos presidenciais.
- CMA Gestão da CGU**
8h30 Audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle vai discutir, entre outros assuntos, relatórios de auditoria e gestão da Controladoria-Geral da União (CGU). Na pauta, votação de requerimento de audiência pública sobre desdobramentos do novo Código Florestal, que está completando um ano.
- CDH Ribeirinhos na Amazônia**
9h Audiência pública debate retirada de ribeirinhos de área do Exército na Amazônia. O chefe do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia, José Luiz Jaborandy Junior, participa da audiência, entre outros convidados.
- CCT Localização de desaparecidos**
9h Projeto que cria possibilidade de utilização de redes de telefones celulares para localizar pessoas está na pauta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Em seguida, a CCT analisa projetos de decreto legislativo sobre permissões de radiodifusão.

CAE

- Plano Nacional de Educação**
10h A Comissão de Assuntos Econômicos vota o Plano Nacional de Educação e analisa proposta que permite falta do empregado ao serviço para acompanhar filho de até 12 anos em caso de doença.
- CE Orientação vocacional**
11h A Comissão de Educação e Cultura analisa o projeto que inclui a orientação vocacional no currículo do ensino médio e que permite aos aposentados de baixa renda a dedução das despesas com medicamentos da base de cálculo do IR.
- CRE Embaixadas**
14h Os senadores da Comissão de Relações Exteriores sabatinam indicados para embaixadas no Cazaquistão, cumulativamente com Turcomenistão e Quirguistão; na Dinamarca e na Lituânia; e na Libéria.

QUARTA

- CDH Adoção**
9h Para debater os entraves legais para a adoção de crianças, a Comissão de Direitos Humanos promove audiência pública. Também haverá lançamento da 15ª edição da revista *Em Discussão!*, sobre o tema "Adoção: mudar um destino".
- CAS Seguro para entregadores**
9h Na pauta da Comissão de Assuntos Sociais, projeto que torna obrigatória a contratação de seguro para os serviços de entrega que usam moto.
- CCJ Conselho do Ministério Público**
10h A comissão sabatina Vladimir Aras, indicado para o Conselho Nacional do Ministério Público. Vota também projeto que obriga os órgãos públicos a divulgar a remuneração dos servidores e proposta que inclui os ex-presidentes da República entre os membros do Conselho da República. Examina indicação de Cláudio Mascarenhas Brandão para o Tribunal Superior do Trabalho.
- COMISSÃO MISTA Domésticos**
12h Reunião da Comissão de Consolidação das Leis para discutir o relatório sobre a proposta de regulamentação da Emenda Constitucional 72/2013, que trata dos direitos trabalhistas dos empregados domésticos.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 8h20, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Direitos Humanos**. As reuniões das comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

- Presidente:** Renan Calheiros
- Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana
- Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá
- Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro
- Segunda-secretária:** Ângela Portella
- Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira
- Quarto-secretário:** João Vicente Claudino
- Suplentes de secretário:** Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Site: www.senado.leg.br/jornal — E-mail: jornal@senado.leg.br — Twitter: [@jornaldosenado](https://twitter.com/jornaldosenado) — facebook.com/jornaldosenado
Tel.: 0800 612211 — Fax: (61) 3303-3137 — Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo 1 do Senado Federal, 20º andar, 70165-920, Brasília, DF

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretora de Jornalismo: Virgínia Galvez

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Marco Antônio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Nelson Oliveira e Rodrigo Chua
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

- Diretor:** Flávio Faria (61) 3303-3333
- Editor-chefe:** Silvío Burle
- Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin
- Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
- Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
- Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti
- Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
- Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
- Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep)



Ministro Luis Felipe Salomão (à mesa) preside reunião da comissão que elabora anteprojeto de Lei de Arbitragem

Arbitragem pode mediar conflitos de consumidores

Comissão propõe oferecer possibilidade de arbitragem nas relações entre consumidores e fornecedores; utilização do recurso em contratos da administração pública pode alavancar investimentos no país

A COMISSÃO DE juristas que estuda mudanças na Lei de Arbitragem (Lei 9.307/1996) vai propor que as relações de consumo e os contratos com a administração pública permitam que se recorra à arbitragem quando houver conflito entre as partes. Foi o que informou o presidente da comissão, o ministro do Superior Tribunal de Justiça Luis Felipe Salomão, após reunião na sexta-feira.

Ao explicar a mudança sugerida para as relações de consumo, Salomão disse que a comissão pretende fortalecer não apenas a arbitragem, mas também o direito do consumidor. A proposta é que os contratos tenham uma cláusula com a possibilidade de arbitragem, “que pode oferecer um método de resolução mais célere do conflito”. Mas o ministro ressaltou que tal recurso só será utilizado se o consumidor quiser. Ficaria respeitada, assim, a ideia de que o consumidor é hipossuficiente em relação ao fornecedor, ou

seja, é a parte mais fraca na relação de consumo.

— Se o consumidor não desejar, ele não dispara o gatilho [da arbitragem]. Isso existe na maioria dos países da Europa — declarou Salomão.

O ministro frisou que a proposta não altera o Código de Defesa do Consumidor.

Contratos públicos

Além das relações de consumo, a comissão também quer garantir a possibilidade de arbitragem nos contratos da administração pública. Questionado pela Agência Senado se tal possibilidade já não existe na lei atual, Salomão respondeu que “há controvérsias se pode ou não pode e, por isso, a intenção da comissão é que a nova lei ponha a questão em pratos limpos”.

— Várias leis relacionadas, por exemplo, a contratos nas áreas de petróleo e gás e concessões de serviços públicos possuem disposições não muito claras sobre a possibilidade de arbitragem — assinalou.

Utilizando o exemplo da exploração de petróleo, o ministro citou a hipótese de um contrato entre a Petrobras e uma empresa estrangeira. Ele argumenta que, “se ficar claro que a administração pública brasileira, direta e indireta, permite o recurso à arbitragem em caso de conflito entre as partes, isso irá alavancar os investimentos, nacionais e estrangeiros, no país, inclusive porque é um meio de resolução muito mais rápido”.

Outros assuntos discutidos, mas para os quais ainda não houve uma decisão, foram as arbitragens nas relações de trabalho e nos conflitos societários.

Criada pelo Senado, a comissão tem o objetivo de fortalecer a arbitragem como forma alternativa e rápida de solução de litígios e desafogar o Judiciário. A previsão é que o grupo apresente um anteprojeto entre outubro e novembro. A próxima reunião da comissão está prevista para 28 de junho.

Pauta do Senado está trancada por duas medidas provisórias

Duas medidas provisórias trancam a pauta do Senado: a que regula a tributação sobre participação dos trabalhadores nos lucros e resultados das empresas, e permite ao servidor público deduzir da base de cálculo do Imposto de Renda os valores aportados ao fundo de previdência complementar Funpresp (MP 597/2012, na forma do PLV 7/2013), e a que simplifica a licitação de aeroportos regionais, determina que os recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil possam ser geridos pelo Banco do Brasil e dispensa a União de licitação para contratar a Telebras como empresa oficial de telecomunicações durante a Copa das Confederações, a Jornada Mundial da Juventude e a Copa do Mundo de 2014 (MP 600/2012, na forma do PLV 10/2013).

Aprovadas pela Câmara dos Deputados em 22 de maio, as duas medidas são as primeiras a serem votadas na Casa dentro das novas regras que impedem o recebimento de MPs com prazo inferior a sete dias para vencimento.

Gorjetas

Outra votação prevista para a semana é a do PLC 57/2010, do deputado Gilmar Machado (PT-MG), que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para regular a divisão da taxa

de serviço (gorjeta) cobrada nas despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares, em geral, fixada em 10% do valor da conta. A proposta esclarece que a legislação trabalhista considera gorjeta também a gratificação dada espontaneamente pelo cliente ao funcionário.

Outra mudança permite ao estabelecimento descontar a taxa de administração cobrada pelo banco das gorjetas pagas por meio de cartões de débito ou crédito, no percentual máximo de 4%. Ao lançar a taxa de serviço na fatura do cliente, a empresa terá ainda a possibilidade de reter até 24% do valor a título de cobertura de encargos trabalhistas e previdenciários.

O Senado deve apreciar nesta semana a proposta que cria tribunal regional federal em Curitiba (PEC 42/2012), de autoria de Sérgio Souza (PMDB-PR), e a que cria o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, com sede em Manaus (PEC 86/2011), de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Está prevista para hoje, na Câmara, votação das MPs 601/2012 e 605/2013. Elas perdem validade em 3 de junho e precisam ser votadas hoje para que o Senado tenha sete dias para analisá-las. A 601 trata da desoneração da folha de pagamento e a 605, das tarifas de eletricidade.

MPs serão as primeiras votadas dentro da nova regra dos sete dias para análise

Paim pede coragem para discutir punição à homofobia

Em pronunciamento na sexta-feira, Paulo Paim (PT-RS) afirmou que o Senado deve ter coragem para debater o projeto que inclui a homofobia entre os crimes punidos por lei. Paim é o relator na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 122/2006, que trata do assunto.

— É um tema que o Brasil está discutindo e nós temos que ter coragem de fazer esse bom debate — disse.

Paim defendeu ainda a adoção de crianças por casais homoafetivos e exaltou o pluralismo e a diversidade crescente das famílias brasileiras.

O senador detalhou também o relatório da comissão especial temporária criada para fazer levantamento da legislação pertinente à prevenção e ao combate de incêndios. Aprovado na quinta-feira, o texto propõe uma minuta de Código Nacional de Segurança contra Incêndio e Pânico.

Simon cobra realização de obras no Rio Grande do Sul

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) cobrou a realização de obras no Rio Grande do Sul anunciadas pela presidente Dilma Rousseff e pelo governador do estado, Tarso Genro. Segundo ele, os gaúchos esperavam uma atenção especial do governo federal, pelo fato de os dois governantes serem do PT e de Dilma Rousseff ter iniciado a carreira pública no estado.

— A política não vive de promessas nem de novas promessas ou de promessas renovadas. A política se renova e se reforça com a força e a consistência das promessas cumpridas. Promessa cumprida é o que

tem de mais importante na biografia de um homem público. É o que todos nós sabemos e que o Brasil e o Rio Grande esperam de nós — cobrou.

Simon citou diversas obras prometidas e não realizadas, como as da RS-010, cujo início estava previsto para 2011, mas que deverão começar apenas em 2015, e a construção do metrô de Porto Alegre, ainda sem licitação.

Wellington acredita em rápida solução para agricultores

Pode sair em pouco tempo uma solução para pequenos agricultores nordestinos que, afetados pela estiagem dos últimos anos, estão sem meios para pagar dívidas de financiamentos à produção. Em Plenário, na sexta-feira, o senador Wellington Dias (PT-PI) informou sobre o andamento das negociações com o governo.

O objetivo é enquadrar os pequenos produtores nas mesmas regras garantidas aos beneficiários do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf). Para isso, será necessário mudar o texto da lei gerada a

partir da medida provisória (MP 610/2013) que tratou de ações emergenciais para socorrer os municípios atingidos pela seca.

Wellington explicou o que o texto da Lei 12.249/2010, ao ser modificado pela MP 610/2013, criou um obstáculo ao atendimento daqueles produtores.

— O que estamos apresentando é a necessidade de uma correção na legislação — observou.



Paim apela por lei que combata ódio a gays



Senador cita metrô de Porto Alegre, ainda sem licitação



Wellington aponta necessidade de correção



"A vitrine da Bahia é a Arena Fonte Nova, e ela está maravilhosa", disse Sérgio Souza, em visita ao estádio na sexta

Lídice e Souza visitam as obras da Copa em Salvador

Integrantes de subcomissão que acompanha preparativos para o evento, senadores estiveram na sexta-feira na Arena Fonte Nova, no Aeroporto Luís Eduardo Magalhães e no porto da capital baiana

O ESTÁDIO ARENA Fonte Nova, em Salvador, foi visitado pelos senadores Lídice da Mata (PSB-BA) e Sérgio Souza (PMDB-PR), integrantes da subcomissão encarregada de acompanhar os preparativos da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016.

Na semana passada, membros da subcomissão visitaram também estádios em Brasília e Recife. As demais cidades-sede (Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza,

Manaus, Natal, Porto Alegre e São Paulo) serão visitadas ao longo do ano.

Para Souza, presidente da subcomissão — que é ligada à Comissão de Meio Ambiente (CMA) —, a sensação de estar em um campo de futebol e ser bem atendido não era normal no Brasil, mas isso vem mudando com a proximidade da Copa do Mundo. O senador disse que a Copa deixa esse legado não só para os estádios, mas também para a mobilidade urbana, e

divulga grandes cidades brasileiras para o mundo.

— A vitrine da Bahia é a Arena Fonte Nova, que vai receber jogos da Copa das Confederações e da Copa do Mundo, e ela está maravilhosa — afirmou.

Os senadores também visitaram o Aeroporto Luís Eduardo Magalhães — que está em fase de obras, para receber nova torre de controle e ganhar mais espaço no pátio — e o Porto de Salvador, onde puderam conhecer a área que vai abrigar o novo terminal marítimo de passageiros, com vista aberta para a Baía de Todos-os-Santos.

Lídice disse que, há muito tempo, Salvador vem lutando para reintegrar o porto histórico ao centro da cidade, ou seja, "devolver o mar ao povo". — O novo complexo portuário é um legado que a Copa vai deixar não só para a população baiana, mas para qualquer visitante — declarou.

(Com informações da assessoria da senadora Lídice da Mata)



Novo complexo portuário é legado que a Copa vai deixar, diz Lídice



Sérgio Souza: proximidade da Copa trouxe bom atendimento nos estádios

Mozarildo pede apoio para médicos irem ao interior

O governo deve abrir vagas e incentivar médicos brasileiros a trabalhar em regiões carentes, bem como oferecer condições e estrutura para que eles possam permanecer nessas localidades. Mas as vagas não ocupadas podem ser preenchidas por médicos estrangeiros, com adoção de medidas que garantam a segurança da população. Essa é a opinião do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), proferida em discurso no Plenário na sexta-feira.

— Evidentemente, tem que dar prioridade para os médicos brasileiros, tem que dar incentivo para os médicos brasileiros irem para as regiões carentes desses profissionais e, constatando que não há [médicos], não vejo outra solução do que a de trazer de outro lugar — disse Mozarildo.



Governo deve dar estrutura e incentivo, afirma senador

Internação compulsória é salvação, diz Cristovam

Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu na sexta-feira a internação compulsória dos viciados em crack. No ponto de vista dele, obrigar um jovem viciado a se submeter a um processo de desintoxicação não representa levá-lo à prisão, mas à salvação.

— Quando uma pessoa tentar pular de um prédio, por exemplo, é obrigação dos bombeiros tentar removê-la da ideia. Há dezenas de jovens hoje em processo de suicídio nas ruas através das drogas — comentou.

O senador também apoiou a disposição do governo brasileiro de trazer estrangeiros para trabalhar em cidades sem médicos. Cristovam sustentou não ser possível deixar uma população desassistida quando os médicos brasileiros se recusam a atuar em algumas localidades.



Senador defende a vinda de médicos estrangeiros ao país

Vanessa elogia novas regras para tratamento de câncer

"O país dá um importante passo para o diagnóstico e o tratamento de câncer", disse Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ao saudar a entrada em vigor, na quinta-feira, da Lei 12.732/2012. A lei garante a pacientes com a doença o direito ao início do tratamento, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), num prazo de até 60 dias a partir do diagnóstico.

Mesmo reconhecendo a importância da nova lei, Vanessa Grazziotin alertou para o fato de que, em diversas localidades, os pacientes levam muito tempo para obter a confirmação do diagnóstico, com laudo patológico, requisito previsto na norma legal para a contagem do prazo de 60 dias para início do tratamento. Por esse motivo, ela defendeu que o período deveria ser contabilizado a partir da suspeita da doença.



Vanessa alerta para demora no diagnóstico da doença

Catálogo 100 Fotos de 2012 lembra momentos marcantes no Senado

Foi lançado na sexta-feira o catálogo impresso da exposição *100 Fotos de 2012*, uma retrospectiva dos principais acontecimentos da Casa. As imagens foram selecionadas entre as mais de 325 mil produzidas, no ano passado, pelos fotógrafos da Agência Senado.

A escolha é feita pela Coordenação de Fotografia e por editores de foto e de texto da Agência, que levam em conta a qualidade jornalística e estética. As fotos estão disponíveis para download na galeria de imagens criada pela Agência (<http://bit.ly/imagens2012>).

As imagens retratam, por exemplo, discussões de matérias complexas, a cassação do mandato de Demóstenes Torres e a devolução simbólica de oito mandatos, inclusive o de Juscelino Kubitschek, cassados pela ditadura militar.

Este é o segundo ano do projeto "100 Fotos". A coordenadora de Fotografia da Secretaria de Comunicação Social (Secs), Paula Cinquetti, lembra que estão se completando três anos da reformulação do fluxo de trabalho na fotografia, o que facilita pesquisas pela imprensa e por leitores.



Lançamento coincide com a passagem dos três anos de reformulação da fotografia

Estudo aborda evolução das leis trabalhistas sob atual Constituição

Foi lançada na quinta-feira, na Biblioteca do Senado, a obra *A Proteção Constitucional do Trabalhador — 25 anos da Constituição federal de 1988*, de autoria da consultora legislativa Roberta Maria Correa de Assis. O texto analisa a legislação de proteção aos trabalhadores desde a formulação das primeiras normas, destacando o período de redemocratização após o regime militar de 1964, que culminou com a promulgação da Constituição de 1988.

Durante o lançamento, o senador Paulo Paim (PT-RS) destacou a importância de refletir sobre os avanços da legislação trabalhista após 25 anos de vigência da Constituição e lembrou as discussões sobre o tema na Constituinte, da qual teve participação ativa. A obra é o volume 127 da coleção *Textos para Discussão*, do Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado Federal.

Íntegra do estudo no portal do Senado: <http://bit.ly/texto127>